CONSUMIDOR PARA O CASO CONCRETO, A SENTENÇA MERECE SER MANTIDA POR OUTROS FUNDAMENTO. ISTO PORQUE A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA NÃO DESINCUMBE A PARTE DEMANDANTE DE COMPROVAR MINIMAMENTE OS FATOS CONSTITUTIVOS DE SEU DIREITO, A TEOR DO QUE PRECEITUA O ART. 373, I, DO CPC/15. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. Conclusões: POR UNANIMIDADE, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO DES. RELATOR.

127. APELAÇÃO 0009022-14.2016.8.19.0068 Assunto: Indenização Por Dano Material - Outros / Indenização por Dano Material / Responsabilidade da Administração / DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO Origem: RIO DAS OSTRAS 1 VARA Ação: [0009022-14.2016.8.19.0068](#) Protocolo: 3204/2017.00661018 - APELANTE: MARIA DA GLÓRIA MACHARET KLEIN ADVOGADO: RAFAELA DA SILVA CABRAL OAB/RJ-185134 ADVOGADO: SUENNI PINTO FERNANDES OAB/RJ-147893 APELADO: MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS PROC.MUNIC.: MARINA DE FIGUEIREDO **Relator: DES. JAIME DIAS PINHEIRO FILHO** Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. INEXISTÊNCIA DE QUALQUER OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO, OMISSÃO OU ERRO MATERIAL, PRESSUPOSTOS PREVISTOS NO ART. 1.022, DO CPC, QUE VIABILIZAM A VEICULAÇÃO DOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA E ATRIBUIÇÃO DE EFEITO INFRINGENTE. IMPOSSIBILIDADE. ADMISSÃO APENAS PARA PREQUESTIONAMENTO. RECURSO CONHECIDO E REJEITADO. Conclusões: POR UNANIMIDADE, REJEITARAM-SE OS EMBARGOS DE DECLARACAO, NOS TERMOS DO VOTO DO DES. RELATOR.

128. AGRAVO DE INSTRUMENTO - CÍVEL 0055828-49.2018.8.19.0000 Assunto: Revisão / Pedidos Genéricos Relativos aos Benefícios em Espécie / DIREITO PREVIDENCIÁRIO Origem: NITEROI 5 VARA CIVEL Ação: [0038225-54.2018.8.19.0002](#) Protocolo: 3204/2018.00571121 - AGTE: SULEIGY MARIA NAGIME BARROS ADVOGADO: BARBARA NAGIME BARROS LOBO OAB/RJ-124540 AGDO: FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - RIOPREVIDÊNCIA AGDO: ESTADO DO RIO DE JANEIRO **Relator: DES. JAIME DIAS PINHEIRO FILHO** Ementa: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. IRRESIGNAÇÃO CONTRA DECISÃO QUE INDEFERIU A GRATUIDADE DE JUSTIÇA. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA MOMENTÂNEA CONDIÇÕES ECONÔMICAS PARA ARCAR COM AS DESPESAS PROCESSUAIS. REFORMA PARCIAL DO DECISUM. APESAR DE O ART. 82, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, DETERMINAR O RECOLHIMENTO ANTECIPADO DAS CUSTAS PROCESSUAIS, COM RESSALVA DAS DISPOSIÇÕES CONCERNENTES À JUSTIÇA GRATUITA, NO CASO EM TELA, DIANTE DAS CIRCUNSTÂNCIAS RELATADAS PELA PARTE AGRAVANTE E, A PRINCÍPIO, DA DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA ACOSTADA AOS AUTOS, CONVENIENTE SE MOSTRA A APLICAÇÃO DO ENUNCIADO Nº 27 DESTE EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO PARA CONCEDER O BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA TEMPORÁRIA E DETERMINAR O RECOLHIMENTO DAS CUSTAS E DAS DEMAIS DESPESAS PROCESSUAIS AO FINAL. Conclusões: POR UNANIMIDADE, DEU-SE PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO DES. RELATOR.

129. APELAÇÃO 0017355-63.2013.8.19.0066 Assunto: Medidas Pertinentes Aos Pais Ou Responsável / Seção Cível / DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE Origem: VOLTA REDONDA VARA INF JUV IDO Ação: [0017355-63.2013.8.19.0066](#) Protocolo: 3204/2018.00537962 - APELANTE: SIGILOSO ADVOGADO: DEFENSOR PÚBLICO OAB/DP-000001 APELADO: SIGILOSO **Relator: DES. JAIME DIAS PINHEIRO FILHO** Funciona: Ministério Público e Defensoria Pública Ementa: EM SEGREDO DE JUSTIÇA Conclusões: EM SEGREDO DE JUSTIÇA

130. APELAÇÃO 0016724-04.2015.8.19.0211 Assunto: Antecipação de Tutela / Tutela Específica / Processo e Procedimento / DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO Origem: PAVUNA REGIONAL 2 VARA CIVEL Ação: [0016724-04.2015.8.19.0211](#) Protocolo: 3204/2018.00592842 - APELANTE: CLARO S A ADVOGADO: MARCELO NEUMANN MOREIRAS PESSOA OAB/RJ-110501 ADVOGADO: PATRÍCIA SHIMA OAB/RJ-125212 APELADO: RENAN ANDRADE DA SILVA ADVOGADO: REINALDO DANTE MACHADO OAB/RJ-154814 **Relator: DES. JAIME DIAS PINHEIRO FILHO** Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. FRAUDE EM CONTRATAÇÃO DE TV POR ASSINATURA. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA PARCIAL. APELO DO RÉU DEFENDENDO A INEXISTÊNCIA DE VÍCIO NA CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO, UMA VEZ QUE SE DEU POR MEIO DE REVENDEDORA AUTORIZADA. SUBSIDIARIAMENTE, DEFENDE A REDUÇÃO DA VERBA COMPENSATÓRIA. EVIDENCIADA A FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, UMA VEZ QUE A PARTE AUTORA NEGA A CONTRATAÇÃO COM A RÉ, SENDO CERTO QUE ESTA NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS PREVISTO NO ART. 373, II, DO CPC/15. DANO MORAL CARACTERIZADO, POIS DECORRE DE FORMA IN RE IPSA. NÃO MERECE QUALQUER REPARO O QUANTUM INDENIZATÓRIO, UMA VEZ QUE ATENDEU OS PARÂMETROS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. RECURSO CONHECIDO. PROVIMENTO NEGADO. Conclusões: POR UNANIMIDADE, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO DES. RELATOR.

131. APELAÇÃO 0008057-70.2017.8.19.0207 Assunto: Indenização Por Dano Moral - Outras / Indenização por Dano Moral / Responsabilidade do Fornecedor / DIREITO DO CONSUMIDOR Origem: ILHA DO GOVERNADOR REGIONAL 3 VARA CIVEL Ação: [0008057-70.2017.8.19.0207](#) Protocolo: 3204/2018.00607037 - APELANTE: BANCO BRADESCARD S A ADVOGADO: ISABELA GOMES AGNELLI OAB/RJ-125536 APELADO: JENIFER HENRIQUE ROMERO ADVOGADO: RENATA FERNANDES PAES OAB/RJ-159126 **Relator: DES. JAIME DIAS PINHEIRO FILHO** Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COMO INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. ALEGAÇÃO DE RECURSA DE COMPRA, SOB O ARGUMENTO DE CANCELAMENTO DO CARTÃO, O QUE NÃO É VERDADE. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA, CONDENANDO A RÉ A RESTABELECER O REFERIDO CARTÃO E CONDENAR A DEMANDADA A INDENIZAR A AUTORA EM DANO MORAL NA ORDEM DE R\$ 3.000,00. IRRESIGNAÇÃO DA RÉ QUE NÃO MERECE PROSPERAR, POIS A RÉ NÃO SE DESINCUMBIU DE PROVAR OS FATOS IMPEDITIVOS DO DIREITO AUTORA, ÔNUS QUE LHE COMPETIA, NOS TERMOS DO ART. 373, II, DO CPC. DANO MORAL QUE DECORRE DE FORMA IN RE IPSA, HAJA VISTA QUE OS CONSTRANGIMENTOS IMPINGIDOS A AUTORA FORAM MUITO ALÉM DO MERO ABORRECIMENTO, VERBA FIXADA QUE ATENDE AOS CRITÉRIOS DA RAZOABILIDADE. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS, NA FORMA DO ART. 85, § 11, DO CPC, ANTERIORMENTE FIXADOS EM 10% DA CONDENAÇÃO, PASSANDO-OS PARA 15%. Conclusões: POR UNANIMIDADE, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO DES. RELATOR.

132. APELAÇÃO 0000071-62.2017.8.19.0014 Assunto: Indenização Por Dano Moral - Outras / Indenização por Dano Moral / Responsabilidade do Fornecedor / DIREITO DO CONSUMIDOR Origem: CAMPOS DOS GOYTACAZES 1 VARA CIVEL Ação: [0000071-62.2017.8.19.0014](#) Protocolo: 3204/2018.00602041 - APELANTE: MARCELO VIVEIROS DOS SANTOS ADVOGADO: BEATRIZ HELENA PEREIRA MELO OAB/RJ-165315 APELADO: AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A. ADVOGADO: JAYME SOARES DA ROCHA FILHO OAB/RJ-081852 **Relator: DES. JAIME DIAS PINHEIRO FILHO** Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. ALEGAÇÃO DE COLOCAÇÃO DE POSTE DE ENERGIA ELÉTRICA EM FRENTE AO ESTABELECIMENTO EMPRESARIAL DIFICULTANDO SEU LABOR. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. IRRESIGNAÇÃO AUTORA. REQUERENDO EM PRELIMINAR A NULIDADE DA SENTENÇA POR CERCEAMENTO DE DEFESA, ANTE O INDEFERIMENTO DA PROVA TESTEMUNHAL E, NO MÉRITO, A REFORMA DO JULGADO. DESTACO DE LOGO A PRELIMINAR PARA ACOLHE-LA. EMBORA